

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS MEDIANEIRA**

O PROFESSOR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

FABIANA ARAGÃO DE MORAES



O PROFESSOR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Nelson dos Santos

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

O PROFESSOR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por

Fabiana Aragão de Moraes

Esta monografia foi apresentada às 20:30h do dia 18 de setembro de 2020, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Nelson dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Prof. Dr. André Sandmann
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Ma. Vanessa Hilenka
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho aos meus familiares
pelo incentivo e colaboração e a todos
os colegas de profissão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, amigos e colegas pelo apoio e incentivo.

A todos os professores, tutores presenciais e a distância do curso de Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino, que compartilharam seu conhecimento, estudos e pesquisas.

Ao meu orientador professor Ms. Nelson dos Santos que, com sua orientação, contribuiu de maneira fundamental para a conclusão do trabalho.

Enfim, sou grata a todos que de alguma forma colaboraram para a conclusão desta monografia.

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".
(Paulo Freire, 1997, p. 52)

RESUMO

MORAES, Fabiana Aragão de. O professor e os desafios da Educação Infantil. 2020. 34. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

A criação da educação infantil foi resultado da entrada da mulher no mercado de trabalho, pois assim surgia a necessidade de a mulher delegar os cuidados dos seus filhos a terceiros. A educação infantil passou décadas tendo um viés assistencialista. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) a Educação Infantil passa a ser vista como uma modalidade da educação, com a exigência da graduação em nível superior, para atuar nessa modalidade de ensino. Considerando que a educação infantil desempenha um papel de extrema importância na vida da criança e devem ser ponderadas as especificidades do desenvolvimento global da criança, compreende-se a importância da formação do professor para o trabalho na Educação Infantil. No entanto, até hoje a Educação Infantil enfrenta uma visão assistencialista que gera diversos desafios para essa etapa da Educação Básica e para os professores que nela atuam. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo estudar quais são os principais desafios na Educação Infantil para o professor. Essa pesquisa foi feita através de uma abordagem qualitativa utilizando-se dos métodos de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica se propôs a buscar aspectos históricos, políticos e conceituais sobre a formação e o trabalho do profissional da educação infantil, usando entre outros autores: Fernandes (2013), Kuhlmann (2010), Kramer (1995), Paula (2003), Silva (2010), Angelo (2013), Freire (1999), Masullo (2015), Rocha (2012), Viana (2010).

Palavras-chave: Educação; Formação; Professores; Alunos.

ABSTRACT

MORAES, Fabiana Aragão de. The teacher and the challenges of early childhood education. 2020. 34. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

The creation of early childhood education was the result of the entry of women into the labor market, as this was the need for women to delegate the care of their children to others. Early childhood education has spent decades with an assistentialist bias. With the Law of Guidelines and Bases of National Education (9394/96) Early Childhood Education is now seen as a modality of education, with the requirement of graduation at a higher level, to act in this type of teaching. Considering that early childhood education plays an extremely important role in the child's life and the specificities of the child's global development must be considered, the importance of teacher training for work in Early Childhood Education is understood. However, even today, Early Childhood Education faces an assistentialist vision that generates several challenges for this stage of Basic Education and for the teachers who work in it. Thus, this work aimed to study what are the main challenges in early childhood education for the teacher. This research was done through a qualitative approach using bibliographic research methods. The bibliographic research proposed to search for historical, political and conceptual aspects about the education and work of the child education professional, using among other authors: Fernandes (2013), Kuhlmann (2010), Kramer (1995), Paula (2003) Silva (2010), Angelo (2013), Freire (1999), Masullo (2015), Rocha (2012), Viana (2010).

Keywords: Education; Formation; Teachers; student.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

| | |
|-------|--|
| ECA | - Estatuto da Criança e do Adolescente |
| FLBA | - Fundação Legião Brasileira de Assistência |
| IPAI | - Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro |
| LBA | - Legião Brasileira de Assistência |
| LDBEN | - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| RCNEI | - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil |
| SAM | - Serviço de Assistência a Menores |
| TCC | - Trabalho de Conclusão de Curso |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 12 |
| 3 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO..... | 13 |
| 3.1 HISTÓRICO DO ATENDIMENTO À CRIANÇA NO BRASIL..... | 13 |
| 3.2 FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL..... | 18 |
| 3.3 PRINCIPAIS DESAFIOS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL... | 22 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 28 |
| REFERÊNCIAS..... | 31 |

1 INTRODUÇÃO

Diante dos desafios que envolvem a educação infantil em nosso sistema educacional, surgiu o desejo de realizar uma pesquisa para ampliar e aprimorar os conhecimentos sobre essa temática e também contribuir no sentido de fazer avançar as discussões que envolvem esse assunto. A pesquisa teve como objetivo geral compreender quais são os principais desafios que o professor encontra ao atuar na Educação Infantil.

A pesquisa teve início com um resgate histórico da Educação Infantil no Brasil. Na sequência, um estudo a respeito da formação do professor desse nível educacional e, por fim, buscou-se compreender quais são os principais desafios do docente nesse nível educacional.

As creches e pré-escolas tiveram seu início com a entrada da mulher no mercado de trabalho, devido às demandas da classe trabalhadora no século XX, fazendo com que a vaga na creche fosse um direito dos filhos de mulheres que trabalhavam. A vaga na creche era de responsabilidade de órgãos governamentais de assistência social. Esse vínculo deu à Educação Infantil um caráter assistencialista.

Com a Lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação Infantil passou a ser entendida como um ramo educacional e as creches e pré-escolas passam a desempenhar uma função educacional explícita. O diploma universitário, graduação em cursos de licenciatura em pedagogia ou Normal Superior passa a ser uma exigência para o profissional da Educação Infantil, o que gerou um impasse, pois quando as instituições tinham um caráter assistencialista, ficavam a cargo das secretarias de assistência social, os profissionais não precisavam ser professores, visto que cuidar de criança era considerado um trabalho “natural” e feminino, já que toda mulher é uma mãe em potencial.

É muito comum, na Educação Infantil, ver as professoras sendo chamadas pelo nome de “tia”, não só pelas crianças como também pelos pais e, muitas vezes, pela equipe gestora da instituição. Essa maneira de dirigir-se às professoras faz com que o trabalho do professor de Educação Infantil pareça menor, o que ocasiona sua desvalorização. (ANGELO, 2013)

A partir da nova LDBEN 9394/96, em que passou a ser exigido o curso de nível superior para os profissionais de Educação Infantil, uma série de funções foi definida para o trabalho do professor, como pode ser verificado na leitura do Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil (1998) onde, no trabalho do professor da Educação Infantil passam a ser exigidos saberes e conhecimentos específicos que integrem o cuidado e a educação em sua prática docente, focando na aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança.

Considerando os estudos e movimentos educacionais em prol da Educação Infantil na infância e o impacto que esta educação gera na vida do indivíduo, observa-se que é de capital importância que o profissional da Educação Infantil tenha formação de nível superior, sendo detentor dos conhecimentos necessários e tendo conhecimento das especificidades da criança. É importante que o professor tenha plena consciência do seu trabalho, refletindo sobre o papel que desempenha e o impacto que irá causar na vida da criança, pois é na infância que a criança desenvolve habilidades e competências físicas, emocionais e intelectuais que são indispensáveis para seu bom desempenho na vida adulta. (MASULLO, 2015)

No entanto, apesar das exigências impostas sobre o profissional que atua na educação infantil, ainda há pessoas que fazem o trabalho docente em sala de aula sem a devida qualificação profissional, o que acaba, de certa forma, desqualificando o processo de ensino e aprendizagem nas instituições escolares, provocando a desvalorização profissional. Dessa forma, pode-se dizer que é difícil enfrentar e superar a visão assistencialista que até hoje recai sobre a Educação Infantil.

Para melhor compreender esses desafios, os objetivos estabelecidos para esta pesquisa foram os seguintes: conhecer as variáveis que envolvem o trabalho docente na Educação Infantil no Brasil e realizar uma revisão bibliográfica com o intuito de compreender o que pensam e dizem os principais estudiosos sobre esse tema.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação realizada se classifica, dentro do universo da pesquisa científica, como pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica se propõe a buscar aspectos históricos, políticos e conceituais sobre a formação e o trabalho do profissional da educação infantil e os desafios desse nível educacional. Essa modalidade de pesquisa é desenvolvida com base em fontes como livros, teses, dissertações, artigos científicos além de outras fontes.

Desta forma, na primeira parte, buscou-se, no escopo das pesquisas de Fernandes (2013), Kuhlmann (2010), Kramer (1995), Paula (2003), Silva (2010), Angelo (2013), o histórico do atendimento a criança no Brasil e a relação com o avanço no âmbito da legislação que envolve essa modalidade educacional.

Na segunda parte, apresenta-se o que foi estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 acerca da formação do professor e da Educação Infantil bem como as referências e orientações pedagógicas contidas no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Além disso, evidencia-se a importância da formação do professor para o trabalho educativo e a responsabilidade da formação humana das crianças nesta fase da vida escolar. Buscou-se, para tanto, nos autores que têm dado uma vasta contribuição nesta área da educação e na formação de professores, entre os quais destacam-se: Freire (1999), Kramer (2008), Masullo (2015), Escobar (2007), Rocha (2012), Viana (2010), Lanter (1999), os quais servem de referencial teórico-metodológico nos cursos de licenciatura de formação de professores.

Na terceira parte, buscou-se destacar quais são os desafios enfrentados diariamente pelos professores de Educação Infantil, principalmente após saírem da faculdade e irem direto para a sala de aula, de onde esses desafios são advindos e porque o professor lida até hoje com as consequências da visão assistencialista que ainda recai sobre esse estágio da vida educacional das crianças.

Nas considerações finais, fez-se, de forma resumida, uma apreciação crítica do trabalho, considerando as leituras realizadas e os objetivos estabelecidos para a pesquisa.

3 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Visando a facilitar a leitura do texto, optou-se por iniciar esse levantamento bibliográfico fazendo uma contextualização histórica sobre trabalho realizado com a educação infantil, ao longo do tempo no Brasil.

3.1 HISTÓRICO DO ATENDIMENTO A CRIANÇA NO BRASIL

Durante o período colonial no Brasil, não existia nenhum tipo de atendimento à criança. Dessa forma, o abandono dos filhos era uma prática muito comum para aqueles que não tinham condições de sustentá-los. Isso ocorria principalmente nas vilas e cidades portuárias, enquanto no campo era raro, uma vez que as crianças poderiam ser usadas desde pequenas como mão de obra para os trabalhos domésticos. (PAULA, 2003)

No entanto, a partir do momento em que a pobreza e o abandono dessas crianças se tornavam um incômodo para o Estado, o recolhimento ou o atendimento a essas crianças abandonadas passa a ser visto como uma necessidade e uma possível solução para os problemas sociais. (PAULA, 2003)

Segundo Fernandes (2010, p. 13):

Para as elites que governavam a colônia portuguesa no Brasil, a retirada das crianças das ruas significava uma forma de renovação da população e uma preparação delas para serem “os homens do amanhã”, assim como uma maneira de sua utilização e cooptação em benefício do Estado.

Dessa forma, de acordo com Paula (2003), em 1726 é fundada uma instituição chamada de Roda dos Expostos, em Salvador - BA, que permaneceu por quase um século sendo a única instituição que prestava assistência às crianças abandonadas, a qual funcionava no modelo de assistência caritativa. No ano de 1738 é fundada a segunda Roda, dos Expostos na cidade do Rio de Janeiro e, em 1789 é criada a terceira Roda dos Expostos em Recife, na Santa Casa de Misericórdia.

Esse sistema de roda dos expostos foi criado na Europa medieval e consistia em um dispositivo de forma cilíndrica no qual o expositor colocava a criança e girava a roda, tocando um sino para avisar que uma criança acabara de ser abandonada, retirando-se do local sem ser reconhecido. Isso estimulava as pessoas a levarem o bebê não desejado para a roda, em vez de abandoná-lo pelo caminho, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, pois, dessa forma, muitas crianças morriam antes de serem encontradas e recolhidas.

Diante de outras formas de se conceber o atendimento a criança, as Rodas foram sendo extintas, sendo, em 1951, a Roda situada no Rio de Janeiro a última a ser extinta no mundo ocidental.

Foi apenas no início do século XX que o cenário do atendimento a criança no Brasil começava a se alterar. Devido as demandas da classe trabalhadora no século XX, tiveram início as creches e pré-escolas. Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, houve a necessidade da mulher de delegar o cuidado de seus filhos a um terceiro. Dessa forma, a vaga na creche era um direito da mulher que trabalhava, sendo então de responsabilidade de órgãos governamentais de assistência social, atribuindo um caráter assistencialista a Educação Infantil. (ANGELO, 2013)

Essa criação de creches e jardins de infância foi acompanhada pelas tendências jurídico-policial a qual defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham como intenção combater o elevado índice de mortalidade infantil e, também, atender as mães que eram obrigadas a trabalhar. (KRAMER, 1995); (KUHLMANN, 2010)

Em 1899 é fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), pelo médico Arthur Moncorvo Filho, que, de acordo com Kramer (1995, p. 52), os objetivos eram:

Atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância.

Em 1908 é criada a primeira creche popular destinada aos filhos dos operários de até dois anos de idade e, em 1909, é implantado o Jardim de Infância Campos Salles, no Rio de Janeiro. “Enquanto havia creches na Europa desde o século XVIII e

jardins de infância a partir do século XIX, no Brasil ambas são instituições do século XX.” (KRAMER, 1995, p. 52)

Por iniciativa da equipe criadora do IPAI, em 1919 é criado o Departamento da Criança no Brasil. Eram atribuídas ao Departamento diferentes tarefas: desenvolver iniciativas de assistência à criança e à mulher grávida pobre, divulgar boletins, promover congressos, concorrer para a aplicação das leis de assistência à criança e padronizar estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil. (KRAMER, 1995)

Enquanto os filhos das classes médias e altas eram atendidos por Jardins de Infância, os filhos de trabalhadores em geral eram atendidos por creches no âmbito da assistência e saúde pública.

Foi criado, em 19 de novembro de 1930, pelo Decreto 10.402, o Ministério da Educação e Saúde Pública, que posteriormente, criou o Departamento Nacional da Criança, órgão esse que concentrou o atendimento à infância por quase 30 anos. Segundo Kramer (1995, p.64) a criação do Departamento tinha como objetivo:

Unificar os serviços relativos não só a higiene da Maternidade e da infância, como também à assistência social de ambos. Dentre suas atribuições incluía-se tanto na realização de inquéritos, estudos e divulgações, quanto o estímulo, a orientação e o auxílio financeiro aos governos estaduais e à iniciativa privada. Fiscalizava, ainda, as instituições existentes por todo o país.

No entanto, não foram regulamentados os parâmetros de distribuição dos recursos pelo Estado, nem as prioridades do atendimento à infância, fazendo com que a atuação prática do Departamento fosse muito desigual, com recursos para a assistência social e educacional muito limitados, focando mais nos problemas de saúde.

O mesmo contexto que determinou a fundação do Departamento Nacional da Criança oportunizou a criação, em 1941, do Serviço de Assistência a Menores (SAM), com objetivo de conduzir todo o amparo à infância, tanto judicial quanto administrativamente.

O SAM tentava, através de sua atuação, evitar “a má influência do ambiente familiar”, por um lado, e formar “bons e sinceros brasileiros” que servissem aos interesses da nação, por outro. Nesse sentido, os jovens que completavam 18 anos eram encaminhados ao Exército, à Armada e à Aeronáutica. (KRAMER, 1995, p. 68)

No entanto, o SAM não conseguiu atingir a sua finalidade de prestar amparo social aos menores desvalidos e infratores da lei penal. Por este motivo e por não dispor de condições necessárias para garantir a readaptação dos menores, foi proposta, em 1964, a sua extinção. Herdando seu patrimônio e suas atribuições, era criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

Em 1942 surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo objetivo era reunir brasileiros de boa vontade e desenvolver serviços de assistência social, executados diretamente ou em colaboração com o poder público e instituições privadas. A LBA foi, durante quase 20 anos, a única instituição formuladora e executora da política governamental voltada para a criança. (PAULA, 2003)

A legião foi transformada em Fundação, designada a prestar assistência a maternidade, a infância e a adolescência. Em 1974, a então FLBA, se propôs a realizar o Projeto Casulo, inserido no Programa Assistência. Kramer (1995) afirma que as Unidades Casulo possuíam como objetivo prestar assistência ao menor de zero a seis anos de idade, de modo a prevenir sua marginalidade, além de proporcionar tempo livre às mães para que pudessem ingressar no mercado de trabalho. As unidades eram implantadas em todo o território nacional e prestavam atendimento a crianças durante quatro ou oito horas diárias, de acordo com as condições locais. A sua instalação era feita a partir da solicitação por parte dos Estados, de prefeituras municipais ou obras sociais.

De acordo com Kramer (1995), é muito comum, na história do atendimento à criança no Brasil, o hábito de criar e extinguir órgãos com função de controle, ocasionando na existência de vários órgãos desempenhando as mesmas funções.

A fragmentação tem como resultado o fato de que ninguém se responsabiliza pelo problema. Em uma área de atuação, outra área é responsabilizada: a “educação esbarra nas carências alimentares e nas precárias condições de saúde; a “saúde” proclama a importância de formação de hábitos das famílias, a “assistência social” destaca a necessidade de uma ação educacional... e assim sucessivamente. (KRAMER, 1995, p. 87)

Um dos motivos que influenciaram, desde o início, o atendimento a criança no Brasil, foi o fato de proporcionar tempo livre para as mães que precisavam ingressar no mercado de trabalho, tendo que delegar os cuidados de seus filhos a terceiros. No entanto, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta ocorreram movimentos

organizados por mulheres de orientações feministas ou partidárias de esquerda que defendiam que as creches e pré-escolas deveriam atender a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho e condição econômica. (PAULA, 2003)

Devido a pressão desses movimentos na assembleia constituinte, o envolvimento do Estado com relação ao atendimento a criança começa a se alterar.

Em 1988 foi inserido na Constituição Federal, no 208º artigo, inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). Isto é, a partir da implementação dessa lei, tornava-se dever do Estado garantir a oferta de creches e pré-escolas.

Dois anos mais tarde, no ano de 1990, é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069/90, que introduziu as crianças no mundo dos direitos humanos. Mais tarde, em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a educação infantil (creche e pré-escolar) passa a ser a primeira etapa da educação básica. Dessa maneira, as creches e pré-escolas passam a serem consideradas legalmente instituições educativas e a integrarem o Sistema Municipal de Educação, devendo estar, então, sob a coordenação, supervisão e orientação das Secretarias Municipais de Educação. (NUNES; CORSINO; KRAMER, 2008)

A partir de então as creches e pré-escolas passam a ter uma função educacional explícita e a vaga deixa de ser um direito da mãe que trabalha e passa a ser um direito básico da criança, de acordo com a lei. Ao ser vinculada a educação e ter uma função educacional explícita, o diploma universitário passa a ser um requisito para o profissional da educação infantil.

Isso acaba ocasionando um impacto, pois quando as instituições detinham de um caráter assistencialista, os profissionais que nela atuavam não precisavam ser professores com graduação em magistério ou ensino superior.

3.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir das mudanças da lei, além da exigência da formação superior ou na modalidade magistério para os profissionais que atuarão na Educação Infantil, cria-se a necessidade de se construir um ambiente voltado ao atendimento da criança pequena. As creches e pré-escolas passam a ter uma função educacional explícita e não mais apenas o cuidado vinculado ao assistencialismo. A legislação nos traz uma série de documentos como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que é constituído por um conjunto de referências e orientações pedagógicas, com a finalidade de contribuir com as práticas educativas de qualidade.

Entretanto, o avanço na legislação não foi capaz de adequar os problemas nas escolas, visto que não havia cursos para todos os professores que já estavam em exercício, resultando na criação de outros problemas para a própria formação, como a criação de cursos à distância e formação aligeirada. Dessa maneira, as formações foram realizadas de forma superficial, apenas para atender a lei, fazendo com que os profissionais que atuavam na educação infantil continuassem sem a qualificação e valorização necessária. Para Angelo, (2013, p. 63), “Apesar de ser um avanço importante, a exigência da formação superior para o professor de Educação Infantil e a conseqüente mudança de status do profissional não assegura uma transformação efetiva na prática”.

A concepção de criança e a forma de atendimento ofertado a elas passaram por transformações significativas ao longo do tempo. Enquanto na Idade Média a criança era vista como um adulto em miniatura, agora ela passa a ser vista como um ser histórico e social. O atendimento que era prestado em asilos e casa de expostos e realizados por adultos leigos sem formação mínima, agora passa a ser feito em instituições educativas, por profissionais da área com formação específica. (MANCHOPE; PASQUALOTTO, 2010)

A LDBEN 9.394/96 define, em seu artigo 29º, que a Educação Infantil tem como propósito promover o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade (alterada para cinco anos pela lei 12.793/2013), em seus aspectos físico, psicológico,

intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Com bases nos objetivos e conceitos nos quais a Educação Infantil está, a partir de então, inserida, denomina-se que é uma das faixas etárias mais importantes, pois, de acordo com Masullo (2015), é na primeira infância que se estabelecem as bases do desenvolvimento físico, intelectual e psicossocial, que são fundamentais para seu bom desempenho na vida adulta. Dessa forma, as experiências vividas durante a educação infantil influenciam positiva e significativamente no desenvolvimento humano e na formação do cidadão crítico/reflexivo.

Sendo assim, o professor que atua na Educação Infantil necessita ter uma formação que lhe possibilite evidenciar a dimensão cultural da vida das crianças e dos adultos com os quais convive, de forma que os adultos entendam a criança como sujeito histórico, social e cultural. “A educação da criança de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos, mas, para tanto, precisa de um profissional que reconheça as características da infância.” (KRAMER, 2008, p. 225)

A qualidade do ensino na Educação Infantil está intrinsecamente ligada a formação dos professores que atuam nessa etapa da Educação Básica. De acordo com Freire (1999), para que a Educação Infantil possa se concretizar como um segmento importante no processo educativo, leis que garantem isso no papel ou teorias elaboradas sobre o desenvolvimento infantil não são o bastante. É necessário que os profissionais que trabalham diretamente com crianças estejam continuamente se formando, para desempenhar sua função da melhor maneira possível, de forma a favorecer o desenvolvimento infantil em diversos aspectos, proporcionando a ampliação das experiências das crianças e de seus conhecimentos.

O RCNEI (1998) aponta que o trabalho do professor de educação infantil demanda de uma competência polivalente e conhecimentos específicos, que integram o cuidado e a educação em sua prática docente focando a aprendizagem e o desenvolvimento global da criança pequena.

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdo de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos

específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 41, v. 1)

Uma vez que o trabalho do professor da educação infantil demanda saberes específicos, não se pode entregá-lo para qualquer profissional. Dessa forma, o professor que atua na educação infantil e que não recebeu a formação adequada, não terá as ferramentas necessárias para desenvolver os conteúdos e objetivos dessa etapa de ensino.

O professor de Educação Infantil necessita de uma formação que desenvolva nele habilidades e competências que lhe possibilite reconhecer, planejar e agir frente às especificidades do desenvolvimento das crianças. Uma formação de qualidade pode oferecer ao professor subsídios para organizar seu trabalho pedagógico. “Isso possibilitará a reflexão e o desenvolvimento de ações didáticas pautadas no conhecimento científico e articuladas ao aspecto lúdico, próprio do trabalho com as crianças pequenas”. (BARROS; ALMEIDA; VICENTINI; RABAL, 2017, p. 4)

De acordo com Escobar (2007) espera-se que o professor que atua na Educação Infantil tenha sensibilidade, assim como uma concepção de criança que a entenda como sujeito histórico, social, cultural, biológico, cidadão, sujeito de direitos, que acumule conhecimentos sobre as especificidades acerca do desenvolvimento da criança.

Viana (2010) afirma que, de acordo com o RCNEI (1998) é importante ressaltar que as crianças, ao elaborarem suas descobertas, também podem desenvolver habilidades sozinhas, “construindo sentimentos de propriedade para as ações antes partilhadas com as pessoas do seu convívio, possibilitando o fortalecimento de novas interações, confrontando e reformulando os conhecimentos nas situações de troca”. (VIANA, 2010, p. 32)

Considerando a influência que todos os aspectos emocionais desempenham sobre o desenvolvimento integral da criança, compreende-se a importância da afetividade na Educação Infantil. Dessa maneira, é fundamental que o professor possua condições básicas e favoráveis para o desenvolvimento do trabalho na educação infantil, levando em conta que a formação desse profissional lhe possibilite ter conhecimento amplo acerca do desenvolvimento infantil. (VIANA, 2010)

Sendo assim, levando em consideração todos os saberes específicos que a

Educação Infantil exige, percebe-se a importância da formação acadêmica dos profissionais que atuam nessa etapa do ensino, uma vez que eles promovem, além da socialização das crianças, um desenvolvimento integral de suas identidades. Dessa forma, é fundamental que a formação desses professores colabore para o desenvolvimento integral da criança, que vai muito além das noções básicas de um currículo escolar bem elaborado. (ROCHA, 2012)

No entanto, apenas uma formação inicial em nível superior não é suficiente para a promoção da qualidade da Educação Infantil. É necessário que o professor possua uma formação continuada que seja sistemática e permanente, pois ela permite a renovação do conhecimento, o acesso aos saberes atualizados e o contato com novas experiências profissionais, que são essenciais para retroalimentar a prática pedagógica.

A educação infantil, que corresponda à concepção educativa de atendimento, necessita de profissionais com formação inicial e garantia permanente dos programas de formação em serviço, com plano de carreira e salários que correspondam à importância proclamada pelo MEC dos profissionais de educação infantil, expressa hoje em sua política. (LANTER, 1999, p. 137)

Portanto, é essencial que os professores que atuam na Educação Infantil possuam, além de uma formação inicial de qualidade, uma formação continuada, de forma a permitir que esteja sempre se atualizando e refletindo sobre sua prática docente, para que possa contribuir para o desenvolvimento integral da criança.

Nogueira (2015) afirma que a formação continuada é fundamental para a qualidade da prática pedagógica dos professores de educação infantil, pois ela promove o aperfeiçoamento da atuação pedagógica do professor. Assim:

Para que a prática pedagógica da educadora infantil possa obter resultados satisfatórios para a criança, acreditamos que a profissional deva estar sempre em processo formativo e que existem possibilidades de melhorar a atuação pedagógica do professor, e ao mesmo tempo, facilitar para que este encontre sua identidade. (NOGUEIRA, 2015, p. 4).

De acordo com Silva (2017), a formação continuada de professores da educação infantil deve acompanhar as transformações sofridas por este nível de ensino que está relacionada aos objetivos gerais da Educação Infantil citados no RCNEI. Em vista disso, a formação continuada deve fazer parte da rotina institucional dos professores de Educação Infantil, de forma a possibilitar o encontro entre pares

para troca de experiências e ideias sobre a prática pedagógica, além de discussão e aprofundamento teórico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) assegura, em seu artigo 62-A, o direito a formação continuada para os profissionais da Educação Básica. Em seu artigo 67, que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”, bem como “período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”. (BRASIL, 1996)

Dessa forma, é possível constatar que o direito a formação continuada e os períodos reservados para estudos inclusos dentro da carga horária de trabalho são direitos assegurados pela lei, que, teoricamente, todos os profissionais da Educação Básica devem possuir. No entanto, oferecer uma formação continuada de qualidade depende muito das Secretarias Municipais de Educação.

3.3 PRINCIPAIS DESAFIOS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir do momento em que passou a ser exigido o curso de nível superior para os profissionais da educação infantil, uma série de funções foi definida para o trabalho do professor. O trabalho do professor exige uma competência polivalente e conhecimentos específicos, que integrem o cuidado e a educação em sua prática docente focando a aprendizagem e o desenvolvimento global da criança pequena. “[...] ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento”. (BRASIL, 1998, p. 41).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p.22) deixa claro o grande desafio da Educação Infantil e do papel que o professor irá desempenhar:

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

Esses desafios permanecem até os dias de hoje, e são mais fortes principalmente para os professores que são iniciantes na profissão, pois muitos saem da graduação e quando chegam no campo de trabalho, levam um “choque de realidade”. Ferreira, Pinto, José e Calil (2015), p. 4, afirmam que, segundo Perrenoud (2001), “o professor trabalha com seres humanos e para os seres humanos, que pensam, agem, opinam e sentem, portanto, dependem também do outro para a realização profissional”.

Muitos dos desafios encontrados na Educação Infantil são advindos da falta de formação adequada dos profissionais que nela atuam. Sabe-se que a qualidade da educação infantil está diretamente ligada a formação desses profissionais. Muitos professores, ao atuar na Educação infantil, se deparam com algumas situações nas quais não sabem como proceder, pois não possuem todos os conhecimentos necessários para tal.

Em uma pesquisa realizada por acadêmicas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí que teve como tema “Educação Infantil: desafios e perspectivas”, foram realizados questionários com professora e gestora de uma escola municipal local, a fim de relatar como a Educação Infantil é desenvolvida naquela instituição. Através do resultado dos questionários, as acadêmicas concluíram que essa etapa do ensino apresenta desafios além da formação dos professores.

De acordo com o estudo realizado e os fatos observados, consideramos que a educação infantil necessita ser repensada pelos responsáveis por esse processo de ensino e aprendizagem, visto que essa modalidade na escola em questão apresenta desafios a serem superados desde a formação de professores, que mesmo possuindo formação acadêmica não desempenham seu papel de forma que contribua para o desenvolvimento da criança em sua totalidade. (CARVALHO; ARAÚJO; PINHEIRO; DIAS, 2015, p. 14.267)

Muitos profissionais, mesmo tendo a formação no ensino superior, não possuem os conhecimentos necessários para o ensino de qualidade na Educação

Infantil, pois na prática, encontram situações diferentes daquelas vistas na teoria. De acordo com Silva e Tavares (2016, p. 11), “Ressalta-se que o distanciamento entre a teoria e prática está cada vez mais frequente, e a baixa qualidade da educação infantil se dá pelos professores que não respeitam as fases que a criança tem para seu desenvolvimento mental”.

É necessário que os professores tenham uma formação superior de qualidade para que possam proporcionar um ensino de qualidade, conhecendo as fases do desenvolvimento da criança e a importância de respeitá-las, a importância da Educação Infantil e a integração do cuidar e do educar, reconhecendo a importância do lúdico nessa etapa da educação básica.

O lúdico se faz extremamente necessário e importante para o desenvolvimento pleno da criança, principalmente na educação infantil, pois ele produz no cérebro uma atividade intensa marcada pelo prazer, favorecendo o aprendizado através de brincadeiras e jogos, como correr e soltar pipa, por exemplo, onde a criança exercita sua locomoção, lateralidade e conceitos de espaço e tempo. (BATISTA, 2019)

O jogo, nas suas diversas formas, auxilia no processo ensino aprendizagem, tanto no desenvolvimento psicomotor, isto é, no desenvolvimento da motricidade fina e ampla, bem como no desenvolvimento de habilidades do pensamento, como a imaginação, a interpretação, a tomada de decisão, a criatividade, o levantamento de hipóteses, a obtenção e organização de dados [...] etc. (BATISTA, 2019, p. 8)

São evidentes as colaborações da utilização do lúdico na Educação Infantil, pois é através do ato de brincar que a criança desenvolve aspectos físico, moral e cognitivo. No entanto, é fundamental que o professor reconheça a importância das brincadeiras e não a veja como algo somente com fins recreativos e passar a dar um significado e objetivo a tais brincadeiras, incluindo-as em seu planejamento.

No entanto, para que isso ocorra é necessário que o professor da educação infantil disponha de um ambiente adequado e materiais pedagógicos que irão auxiliar na promoção da aprendizagem e do pleno desenvolvimento do aluno.

Contudo, na realidade em que se encontra a educação pública brasileira, muitas vezes, ao chegar na escola, os professores se deparam com uma escola que não possui uma estrutura física adequada, o que torna o seu trabalho mais difícil e desafiante.

Muitos prédios de escolas públicas estão em situações precárias ou sofrendo com a falta de manutenção. Para um professor, trabalhar em espaços com goteiras, mobiliário quebrado, sem limpeza adequada é uma missão complexa. (SISTEMA APRENDE BRASIL, 2018)

Além da falta de uma estrutura física adequada, muitas vezes os professores se deparam com outro desafio dessa etapa da educação básica: a escassez de recursos pedagógicos. Isso acaba gerando um impacto negativo no dia a dia dos professores, que, em alguns casos, acabam precisando tirar dinheiro do próprio bolso para obter seus próprios materiais e equipamentos que possam auxiliá-los em suas aulas. (SISTEMA APRENDE BRASIL, 2018)

Outro grande desafio enfrentado pelos professores, principalmente os que atuam na Educação Infantil, é a grande desvalorização da profissão e conseqüentemente sua baixa remuneração.

Siqueira (2010) ao ler um estudo desenvolvido por Cerisara (1996) declara que quanto mais próximas as tarefas desenvolvidas pelos professores de Educação Infantil estão do espaço doméstico, mais distantes ficam do mundo do trabalho e do espaço público, fazendo com que as professoras não se reconheçam e também não sejam reconhecidas como profissionais, tanto pelas colegas quanto pela sociedade. As professoras que trabalham com crianças pequenas são pensadas a partir da forma como as profissões se construíram historicamente, onde o feminino traz consigo o papel doméstico e da maternagem, devido a isso também é possível perceber como a profissão do professor, em sua maioria, é dominada por mulheres.

É muito comum, na Educação Infantil, ver as professoras sendo chamadas pelo nome de “tia”, não só pelas crianças, como também pelos pais e, muitas vezes, pela equipe gestora da instituição. Essa maneira de dirigir-se as professoras faz com que o trabalho do professor da Educação Infantil pareça menor, resultando na sua desvalorização. “O mito da mãe como cuidadora nata, presente na origem da Educação Infantil, persiste até hoje. Seu reflexo mais evidente é a grande feminilização dessa categoria profissional”. (ANGELO, 2013, p. 62)

Toda essa desvalorização da profissão do professor acaba resultando na baixa remuneração. Tendo em vista a luta histórica que existe quanto a isso, é de suma importância que sejam organizados planos de carreira que tenham como objetivo

valorizar e garantir, perante a lei, direitos a esses profissionais. Os professores recebem salários menores do que outros profissionais que possuem o mesmo nível de formação. Todavia, os salários pagos a esses professores dos quais se exige formação superior é muito inferior ao dos outros profissionais com mesmo nível de formação. Até mesmo com relação aos professores para os quais se admite formação de nível médio, os dos anos iniciais do Ensino Fundamental e os da Educação Infantil, também se observa que seu salário é menor que a de profissionais com igual nível de formação. (BARBOSA, 2014)

Além da disparidade existente entre o salário que é pago aos professores em relação a outros profissionais com o mesmo nível de formação, no Brasil, em cada estado e município existe um sistema de ensino e regulamentações próprias, havendo uma desigualdade salarial muito grande de uma região do país para outra. Existe, ainda, uma grande diferença entre o salário pago aos professores pela rede privada de ensino e pela rede pública, na qual os profissionais que trabalham no setor privado acabam sendo ainda menos remunerados. (ESTEVES, 2018)

Apesar das exigências da LDB acerca da formação dos professores da Educação Infantil, ainda há pessoas que atuam em sala de aula sem a devida qualificação profissional, que acabam desqualificando o processo de ensino e aprendizagem nas instituições escolares, gerando a desvalorização profissional.

Em 2020 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) completa 24 anos e, ainda, não foram superadas as lacunas na formação dos professores da educação infantil. Os municípios têm achado brechas na própria forma de contratação de profissionais não exigindo a formação específica.

Na cidade de Foz do Iguaçu foi aberto um concurso no ano de 2016, com um cargo de Agente de Apoio criado para atuar na Educação Infantil do Município, no auxílio do professor, principalmente em relação à higiene dos alunos. Este cargo foi muito criticado pelos professores da educação infantil durante a sua criação, pois, num primeiro momento, exigia apenas Ensino Fundamental completo. Após muitas críticas foi alterado o nível de escolaridade, de Ensino Fundamental completo para Ensino Médio completo. As críticas em relação ao nível de escolaridade foram atribuídas devido a importância de um trabalho que considere a unidade entre cuidar e educar na Educação Infantil.

Vieira e Oliveira (2013), ao ler um estudo sobre a situação de trabalho e emprego na educação infantil de Belo Horizonte – MG realizado por Vieira e Souza (2010), relatam que:

O estudo evidenciou a existência de profissionais com status e formação/qualificação diferenciados, bem como a presença de variadas modalidades de relações de emprego e trabalho que, segundo as autoras, revelam processo de precarização no exercício profissional na educação infantil. (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 141)

Os autores, nesse mesmo estudo, destacaram vários elementos em comum que foram identificados ao longo desse estudo, através dos relatos feitos pelas professoras nas entrevistas e questionários. Percebe-se que os desafios enfrentados pelos professores que atuam na Educação Infantil são muitos e são comuns entre todos esses professores.

Diante de todos os desafios que são enfrentados diariamente pelos professores que atuam, principalmente, na educação infantil, percebe-se a necessidade da criação de políticas públicas de valorização desses profissionais, bem como uma maior fiscalização acerca das instituições que atendem a Educação Infantil e também dos professores que nela atuam, para certificar de que a lei está sendo cumprida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para iniciar essas considerações finais, mesmo que pareça repetitivo, é didático e oportuno resgatar, de forma rápida e sucinta algumas informações que vão facilitar o entendimento do que vai ser exposto a seguir.

O atendimento à criança no Brasil vai mudando ao longo do tempo. Esse atendimento começa no momento em que o abandono de crianças se torna um incômodo para o Estado, sendo visto como uma necessidade e uma possível solução para os problemas sociais.

Foi no início do século XX que começaram a ser construídas creches e jardins de infância no Brasil, acompanhados pelas tendências jurídico-policia, médico-higienista e religiosa. A criação das creches de caráter assistencialista surgiu, também, no sentido de atender às mães que estavam no mercado do trabalho.

Foram criados inúmeros órgãos de concepções assistencialistas e de caráter compensatório, de forma a prevenir a marginalidade das crianças. Apenas após a Constituição Federal (1988), seguida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), é que a Educação Infantil passa a ser a primeira etapa da Educação Básica, deixando de ser responsabilidade das Secretarias de Assistência Social e passando a ser responsabilidade das Secretarias de Educação. A vaga na creche se torna um direito básico da criança, e não mais da mãe trabalhadora. Passa a ser exigida, também, graduação em nível superior ou médio, na modalidade Normal, como requisito mínimo para o profissional atuar na Educação Infantil.

A LDBEN define que a Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Com base nesses objetivos e conceitos, denomina-se que é uma das faixas etárias de maior importância, pois é na primeira infância que se estabelecem as bases do desenvolvimento físico, intelectual e psicossocial que são fundamentais para seu bom desempenho na vida adulta.

A Educação Infantil pode propiciar, através de brincadeiras dirigidas e atividades lúdicas advindas de situações pedagógicas, o desenvolvimento de diversas habilidades motoras e cognitivas bem como o estímulo e exercício dos seus sentidos.

Levando-se em conta o perfil preponderante da Educação Infantil, é que se torna possível compreender a sua relevância e contribuição no que se refere à formação integral da criança

Todavia, a qualidade do ensino na Educação Infantil está intimamente ligada à formação dos docentes que atuam nessa etapa da Educação Básica. Dessa forma, almejar uma educação de qualidade para as crianças, é estar constantemente voltado para a formação das educadoras que com elas interagem.

De acordo com o RCNEI (1998), o trabalho do professor requer competência polivalente e conhecimentos específicos, que integrem o cuidado e a educação em sua prática docente focando a aprendizagem e a formação completa da criança. O trabalho pedagógico demanda saberes e fazeres que levam em consideração o estágio de desenvolvimento e a livre expressão das crianças, consistindo na compreensão do conceito de infância e quem é a criança e suas especificidades, assim como a importância da afetividade nessa etapa de ensino, e o impacto que a mesma gera no desenvolvimento da criança. É mister que o educador, que atua na Educação Infantil, tenha clareza da relevância do seu trabalho na formação integral do aluno, pois desenvolve função essencial no processo de desenvolvimento da criança, ao passo que atua com intérprete entre ela e o mundo que a envolve.

Dessa forma, considerando os saberes que a Educação Infantil demanda, percebemos a importância da formação dos profissionais que atuam nesse estágio da educação, uma vez que eles promovem o desenvolvimento integral da identidade das crianças. Mas, apenas a formação inicial em nível superior não é suficiente para a promoção da qualidade da Educação Infantil. É necessário que o professor esteja continuamente se formando, através de formação continuada sistêmica e permanente, que lhe possibilite estar sempre se atualizando e refletindo sobre sua prática docente, para que, dessa forma, possa contribuir para o desenvolvimento integral da criança.

No entanto, mesmo com todos os direitos assegurados por leis, ainda há muitos professores trabalhando na Educação Infantil sem a devida formação específica em

nível superior. As prefeituras e instituições privadas sempre encontram brechas na lei para contratar pessoas com formação apenas em nível médio, através da criação de cargos com diferentes nomenclaturas, para que, dessa forma, não precisem pagar o piso salarial e instituir plano de carreira. Dessa forma, a Educação Infantil encontra dificuldades para superar o viés assistencialista e a desvalorização dos professores que atuam nessa etapa de ensino.

Pode se dizer, finalmente, que os objetivos estabelecidos para esta pesquisa foram atingidos, posto que, pelas leituras realizadas e pelas confrontações e comparações feitas entre os vários autores estudados, foi possível conhecer e compreender melhor e com mais profundidade a história, o desenvolvimento e como funciona, efetivamente, a Educação Infantil em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, J. de S. D. O trabalho do professor de educação infantil. **Saberes em perspectiva**, Jequié, v. 3, n. 6, p. 59-64, maio/ago. 2013.
- BARBOSA, A. Salários docentes, financiamento e qualidade da educação no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 39, n 2, abr/jun de 2014.
- BARROS, M. S. F.; ALMEIDA, J. D. F. de; VICENTINI, D.; RABAL, T. S. A Pedagogia histórico-crítica e os desafios da prática do professor da Educação Infantil. In: **XVI Jornada do HISTEDBR**. Foz do Iguaçu, 2017.
- BATISTA, F. M. R. C. **Livro 1 – Sensibilização e Ludopedagogia no Processo Ensino Aprendizagem**, 2019.
- BATISTA, F. M. R. C. **Livro 3 – Sensibilização e Ludopedagogia no Processo Ensino Aprendizagem**, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei no. 9394. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**, MEC/SEF. Brasília, 1998.
- CARVALHO, D. M. de; ARAÚJO, S. C. F.; PINHEIRO, F. V. R.; DIAS, L. S. Educação Infantil: Desafios e Perspectivas. **XII Congresso Nacional de Educação**. Curitiba, 2015.
- ESCOBAR, V. R. B. **A importância da formação do professor na Educação Infantil**. São Leopoldo, 2007. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/455.pdf. Acesso em: 03 de outubro de 2018.

ESTEVEES, E. Remuneração adequada do professor ainda é desafio diário. **Leia Já**, 2018. Disponível em: < <https://www.leiaja.com/carreiras/2018/06/29/remuneracao-adequada-do-professor-ainda-e-desafio-diario/>>. Acesso em: 06 de ago. 2020.

FERNANDES, T. M. **Professora de Educação Infantil: Dilemas da constituição de uma especificidade profissional. Um estudo sobre a produção científica Brasileira (1996-2009)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

FERREIRA, a. D. P.; PINTO, j. A. ; JOSÉ, m. A. M. ; CALIL, a. M. C. G. . **Professores iniciantes: desafios e permanência**. 2015. (apresentação de trabalho/comunicação).

FREIRE, A. Formação de Educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela. (Orgs.) **Infância e Educação infantil**. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários a prática educativa. 4ed. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, S. (org.) **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2008.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LANTER, A. P. Formação de Educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I.; NUNES, M. F.; GUIMARÃES, D. (Orgs.) **Infância e Educação Infantil**. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

MANCHOPE, E. C. P.; PASQUALOTTO, L. C. A infância e a formação de profissionais para a Educação Infantil. In: **Educere et Educere. Revista de Educação**. Cascavel, v. 6, n. 12, p. 209-215. Jul/dez. 2011.

MASULLO, V. F. As dificuldades dos professores na educação infantil - questões estruturais e pedagógicas. **UNISANTA Humanitas**, Santos, v. 4, n. 1, p. 72-97, 2015.

NOGUEIRA, A. L. Formação continuada na Educação Infantil: Concepções e práticas educadoras. **Itinerarius Reflectionis**, Goiás, v. 11, n. 2, 2015.

NUNES, M. F.; CORSINO, P.; KRAMER, S. Formação de profissionais da educação infantil: um desafio para as políticas municipais. In: KRAMER, S. (org.) **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2008.

PAULA, F. A. de. Uma leitura sobre os modelos de atendimento da educação infantil na política social no Brasil. In: **Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**, 2003, Cascavel -PR. Estado e Políticas Sociais no Brasil- Programa e Resumos. Cascavel-PR: Edunioeste, 2003. v. 1. p. 48-48.

_____. Quais os principais desafios do professor da educação pública? **Sistema de Ensino Aprende Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://sistemaaprendebrasil.com.br/noticias/quais-os-principais-desafios-do-professor-da-educacao-publica/>>. Acesso em: 06 de ago. 2020.

ROCHA, L. C. S. S. da. Formação de professores na Educação Infantil. In: **Revista Projeção e Docência**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 28-36, mar. 2012.

SILVA, D. R. da; TAVARES, D. M. Educação Infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram. **Revista Estação Científica**, Juiz de Fora, nº 15, jan/jul. 2016.

SILVA, M. de J. A. e. Formação continuada de professores da educação infantil: diferentes paradigmas e a pedagogia crítica. In: **XII Congresso Nacional de Educação/ IV Seminário Internacional de Representações Sociais. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas**: Curitiba, 2017.

SIQUEIRA, P. G. de; HADDAD, L. **O trabalho do professor de educação infantil e as suas especificidades: dilemas e desafios da pré-escola**. In: V EPEAL, 2010, Maceió. Pesquisa em educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade social, 2010.

VIANA, M. T. B. Afetividade na Educação Infantil: um olhar sobre o desenvolvimento da criança. In: CAMPOS, G.; LIMA, L. (orgs.) **Por dentro da educação infantil: a criança em foco**. Rio de Janeiro, RJ: Wak Editora, 2010.

VIEIRA, L. F.; OLIVEIRA, T. G. de. as condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, v. 46, nº 32, 15 ago. 2013.